

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE CONFLITOS E ADOLESCÊNCIAS

REFLECTIONS ABOUT CONFLICT AND ADOLESCENCE

RESUMO: Este artigo é um convite à reflexão sobre os discursos que abordam as estratégias utilizadas na resolução de conflitos familiares por alguns adolescentes da cidade de Mérida, em Yucatán, México; a partir do Sociostrutivismo, oferecemos também um olhar sobre o discurso institucional da violência. Da mesma forma pretende compartilhar uma série de questionamentos surgidos de nossas reflexões ao terminar um trabalho de pesquisa realizado por diferentes grupos, em três cidades do México. A pesquisa inicial foi baseada em entrevistas semiestruturadas.

PALAVRAS-CHAVE: adolescentes, resolução de conflitos familiares, Sociostrutivismo, violência.

ABSTRACT: This article invites to reflect upon the discourses about family conflict resolution, that some adolescents from the city of Merida in Yucatan, Mexico, utilize; it also offers a view, from a socioconstructionist stance, of the institutionalized discourse on violence. We would like to share the questions emerging from our reflections once we finished the initial research with Mexican youth and their families, conducted by different teams, in different cities in Mexico. Such research was published, in December of 2010, as part of a book in which the results of the three different locations were presented. The original research was based on semi-structured interviews.

KEY WORDS: adolescents, family conflict resolutions, Social Constructionism, violence

MARÍA DEL ROCÍO CHAVESTE GUTIÉRREZ, PH.D.

Co-fundadora, diretora, docente e supervisora clínica do Instituto Kanankil em Yucatán, México; Professora Adjunta do Houston Galveston Institute e Associada do Taos Institute. Doutora em Psicologia Social, Licenciada em Ciências Políticas e Administração Pública, e mestre em Administração de Organizações, Comunicação Política e Marketing Eleitoral, e em Terapia Familiar e de Casal.

MARÍA LUISA MOLINA LÓPEZ, PH.D.

Diretora Executiva e Professora do Instituto Kanankil. Doutorado em Administração Pública, Estudos Chicanos e Estudos da Mulher e Mestrado em Educação e Desenvolvimento. As publicações e linhas de pesquisa da Doutora Molina centram-se nas interseções entre gênero, raça, classe e sexualidade. Atualmente seu interesse também tem se voltado para novas m de investigação a partir de uma postura dialógica e colaborativa.

Tradução de Marília Souza

Recebido em 18/10/2013

Aprovado em 13/01/2014

* O projeto se estendeu a outras duas cidades da república mexicana. O resultado foi publicado no livro *Hormônios, Razões e Violências* (2010), no artigo intitulado "Famílias, Adolescências e Gêneros"

INTRODUÇÃO

Em agosto de 2010, a convite do professor Roberto Garda, da ONG "Homens pela Equidade", com sede na Cidade do México, D.F., o Instituto Kanankil de Mérida, Yucatán, México, se somou a um projeto cujo objetivo foi analisar as estratégias de resolução de conflitos a partir dos e das adolescentes e das diferentes pessoas que constituem um núcleo familiar.*

A pesquisa original utilizou como instrumento um questionário elaborado por "Homens pela Equidade", com perguntas estruturadas direcionadas a "observar" como os conflitos familiares se resolvem através de atos que podem ser caracterizados como violentos por algumas pessoas. Os participantes foram informados dos princípios da confidencialidade e todos concordaram em participar, sabendo que seus nomes não seriam utilizados e que os resultados seriam apresentados de forma global. Os adolescentes foram entrevistados sem a presença, mas com a anuência de seus pais.

Entretanto, ao finalizar este exercício, nos restaram muitas perguntas. Por não ter sido parte de um projeto maior, a análise inicial dos dados reunidos neste estudo teria sido feita a partir de uma postura socioconstrutivista que observa a vida a partir da ideia de que a realidade se constrói no intercâmbio linguístico e se dá em uma relação social (Gergen, 1996). Portanto, os resultados deste momento, por não serem definitivos nem permanentes, nos ofereceram a pauta para escrever este segundo artigo.

Alguns dos questionamentos emergentes se centraram em nossa própria transformação ao longo do estudo; começamos a desconstruir o que terminamos

denominando discurso institucional da violência. Ao realizar as entrevistas aos membros dos diferentes núcleos familiares, nos perguntávamos: “A partir de que ponto estou enxergando isto?”, “O que estou buscando?”, “Como seria entender a violência a partir da análise relacional?”, “Será que a resolução de conflitos necessariamente se dá através da violência em uma família?”.

Neste artigo, então, refletiremos sobre os discursos dos e das adolescentes sobre as estratégias utilizadas na resolução de conflitos, e proporemos um olhar diferente sobre o discurso institucional da violência. Este tipo de discurso muito raramente leva em conta as linguagens locais que são construídas tanto nos diferentes grupos sociais como nas famílias com as quais interagimos ao longo deste estudo.

O estado de Yucatán e a cidade de Mérida

A população de Yucatán é de aproximadamente 1.955.577 habitantes (INEGI, 2013). Destes, 67,5% vivem em famílias nucleares, 0,5% em famílias compostas, e o restante em famílias ampliadas. E 20% da população estatal estão na faixa média dos 10 e 19 anos, sendo a porcentagem da população masculina 48,3%.

O município de Mérida tem um total de 777.615 habitantes (INEGI, 2013), sendo 25,5% menor de 15 anos de idade e 96,8% residentes em localidades urbanas de mais de 2.500 habitantes. A cidade de Mérida abriga 42,94% da população estatal. De acordo com o PNUD (2012), a entidade tem um índice de desenvolvimento humano de nível médio-alto no México. 11,5% da população maior de cinco anos de idade na cidade de Mérida falam o idioma maia.

Algumas considerações sobre os conceitos de famílias e adolescência

Tanto do ponto de vista sociológico como do jurídico, a família é uma das instituições mais antigas, mas também uma das que mais sofreram profundas mudanças. Parsons (1976) considerava o equilíbrio como a característica fundamental da família, cujo papel essencial era a estabilização. Entre suas funções socializantes, se encontrava a transmissão de valores, normas e modelos de comportamento estabelecidos, que se constituíam em um importante elemento para a autorregulação e a autossuficiência da sociedade, mantendo determinadas necessidades humanas, entre as quais se incluíam a preservação da ordem social, o abastecimento de bens e serviços e a proteção da infância. Entretanto, em uma sociedade globalizada que experimenta mudanças radicais como a de hoje é difícil manter essas afirmações, já que muitas dessas funções foram assumidas por outros atores sociais, entre eles, o Estado.

O mundo familiar é um espaço de natureza hierárquica em que se gestam e reproduzem assimetrias sociais; é, por sua vez, âmbito de afetividade e solidariedade, de conflito e lutas internas. As famílias transmitem aos membros mais jovens bens, saberes e patrimônio. Mas, além disso, ultrapassam as pautas de relação consideradas como recurso estratégico, tendo um papel importante no processo de autonomização e integração social.

O conceito de transmissão se relaciona com a ideia de que a família estendida (parentes ascendentes, descendentes e colaterais) delimita um espaço de identidade concreto, mas também um território simbólico de relações pessoais e coletivas que influem nas formas de transferência dos bens materiais e

também simbólicos (valores, identidade e memória familiar) entre gerações.

Bourdieu (1999) inclusive assinala que as instituições que reafirmam este equilíbrio, até uma época recente, são três instâncias principais: a família, a igreja e a escola. Estas, objetivamente orquestradas, tinham que atuar conjuntamente sobre as estruturas não-conscientes a partir das quais se produzem os pensamentos, percepções e ações das pessoas. As famílias assumem sem dúvida um papel na reprodução da dominação e a primeira experiência da divisão sexual do trabalho e na representação legítima dessa divisão, assegurada pelo direito e inscrita na linguagem.

O poder masculino hegemônico, como produto histórico da reprodução cultural na sociedade, matiza cada relação de diferente maneira e se manifesta em servidões e sujeições. As expressões de poder são diversas e variam do quase imperceptível das linguagens verbal e não verbal até a violência explícita em qualquer de suas formas. Há enormes diferenças na composição, ciclo de vida, papéis paterno e materno e as circunstâncias das famílias tanto dentro das sociedades como entre si mesmas, que põem em causa a capacidade das famílias de cumprir não apenas seu papel socializador, mas também sua função educadora. Em muitos lugares, a falta de lar e a fome, a pobreza e as doenças, a carência de emprego e a exclusão social, as violações aos direitos humanos, especialmente das mulheres e meninas, assim como a violência, não são mais que alguns dos graves problemas confrontados diariamente por numerosas famílias.

Atualmente as famílias estão sujeitas à sua própria reorganização de acordo com o ritmo das transformações às quais se veem submetidas. Isso se manifesta nas mudanças nas quais vemos que, em

apenas algumas décadas, da família ampliada à família biológica ou nuclear, nas uniões sem a instituição civil ou religiosa matrimonial, em famílias nas quais o pai ou a mãe estão casados pela segunda vez ou divorciados, famílias sem filhos ou núcleos mono-parentais, e naquelas formadas por casais homossexuais.

Outros aspectos importantes, mas não os únicos a apontar seriam: as famílias deixaram de ser unidades de produção para se converter em unidades de consumo; o reconhecimento dos direitos da mulher permitiu uma mudança nos papéis desempenhados tradicionalmente pelo homem e pela mulher; em alguns lugares, como no mundo ocidental, caiu o índice de natalidade; muitas das funções tradicionais das famílias, como a educação, foram privatizadas. Assim como para Fogel (1993), nos parece que uma das poucas funções que sobreviveram a todas as mudanças é a de ser um lugar em que aprendemos a construir relações afetivas.

Entretanto, a instituição social da família segue constituindo, em muitos âmbitos o fundamento de um enfoque global do processo de desenvolvimento social e é a base primordial da criança e a proteção dos meninos e meninas, assim como o primeiro veículo de transmissão de valores. Sem dúvida, o papel dos membros familiares, independente de sua composição e características, continua sendo a socialização primária tanto pela carga afetiva com a que se transferem valores como pela identificação com o mundo apresentado pelos adultos, que implica algo mais que uma aprendizagem puramente cognitiva da realidade.

Conforme proposto por Berger e Luckam (1967), a afetividade e relacionalidade são necessárias para a construção social da realidade e tornam o aprendizado significativo. Estes autores igualmente sugerem que

na socialização primária – no seio das famílias principalmente, a criança se relaciona com os outros em uma variedade de formas emocionais que permitem a ela aceitar os “papéis” e atitudes dos demais, apropriando-se deles, de maneira que esta aprendizagem lhe serve para construir identidades subjetivamente coerentes e plausíveis.

Outro aspecto a considerar é que, no contexto familiar, são recebidas as primeiras lições das relações de gênero, assim como das condutas associadas a elas. Concebemos o conceito de gênero como uma construção social, produto de normas culturais interagindo entre si no âmbito de instituições econômicas, sociais, políticas e religiosas. A partir desta postura poderíamos identificar exercícios diferenciados de poder entre os sexos. Este poder, exercitado a partir de uma perspectiva de submissão, levaria à violência socialmente institucionalizada.

Entretanto, os significados de conflito e violência também se constroem a partir das relações estabelecidas nas famílias. Os conflitos são algo habitual em nosso dia a dia; a violência não é necessariamente o resultado de um conflito. A violência é uma resposta aprendida e, se pode ser aprendida, existem outras respostas possíveis de se aprender. É por isso que a cada vez se torna mais importante examinar o contexto social, econômico e cultural nos quais tais relações se desenvolvem e ser cuidadosos antes de emitir definições essencialistas e categóricas sobre a violência, que embora necessárias dentro de um marco jurídico, não explicam sua complexidade.

Adolescência

Igualmente nos gostaríamos de deter por um momento no exame das

diferentes concepções do fenômeno da adolescência. A Organização Mundial da Saúde (2009) a define como o período da vida no qual o indivíduo adquire maturidade reprodutiva, efetua a migração de padrões psicológicos da infância à idade adulta e estabelece sua independência socioeconômica.

A adolescência pode, então, ser vista como uma categoria resultante de uma construção social aceita tacitamente e a partir da qual os atores se conduzem em função dos papéis que se constroem e transformam através das relações estabelecidas. Por este motivo, não nos podemos referir à “adolescência” sem considerar “cada adolescente” em seu espaço, tempo e história de vida.

Portanto, falar dos e das adolescentes não é uma novidade, mas uma necessidade, a de pluralizar: a necessidade de conceber diferentes adolescências, em um sentido amplo das heterogeneidades que se possam apresentar e visualizar entre os e as adolescentes. Os conceitos de adolescência e juventude correspondem a uma construção social, histórica, cultural e relacional, que através das diferentes épocas e processos históricos e sociais foram adquirindo denotações e delimitações diferentes em um processo permanente de mudanças e ressignificações. Bourdieu (1999) comenta que a juventude e a velhice não estão dadas, mas se constroem socialmente na luta entre jovens e velhos.

A identidade social é resultado desta interpretação que, neste caso, o e a adolescente fazem de si mesmos em um contexto determinado e em um tempo específico, mas não é um processo mental individual, mas relacional, pois emana dos discursos construídos através do intercâmbio comunal (Gergen, 1996). Tais identidades se caracterizam por ser relacionais, pois surgem e se afirmam na relação com outras identidades;

também possuem uma plasticidade que lhes permite adaptar-se, variar e reconstruir-se (Gendreau & Giménez, 2004).

De onde surgiram as conversas...

Efetuamos doze entrevistas semiestruturadas a adolescentes e aos familiares que vivem com eles, pertencentes a onze famílias diferentes, autosselecionadas na Cidade de Mérida, Yucatán, a partir de um convite aberto. A amostra foi variada em relação ao lugar que ocupam entre os irmãos e irmãs. As idades flutuaram entre os 12 e 17 anos; todos vão à escola e mais da metade estuda em instituições privadas da cidade.

As famílias são formadas por 3 a 6 membros, pertencentes à classe média trabalhadora. As rotinas cotidianas consistem em ir à escola, regressar ao lar para alimentar-se, cumprir com as tarefas escolares e interagir nas redes sociais através do computador, além do repouso noturno. A maior parte das e dos adolescentes entrevistados se alimenta ao meio-dia diariamente acompanhada de pelo menos um membro de sua família e o domingo é a oportunidade de comer com os membros da família extensa.

Os pais e mães desses adolescentes descreveram o entorno familiar como tranquilo, sem graves conflitos, e caso estes surjam, sempre se resolvem sem violência de nenhum tipo, o que está de acordo, de maneira geral, com o descrito pelos e pelas jovens. Com relação aos conflitos, os descrevem como discussões, estabelecimento de horários de chegadas e saídas, e o uso da internet.

Nas famílias extensas, os pais e mães dos e das adolescentes entrevistados comentaram sobre a autoridade dos avós, particularmente das avós: as mulheres apontam suas mães como poderosas influências sobre elas e os netos; o adolescente do sexo masculino é

percebido como ponte geracional entre seus pais e seus filhos.

Definição de conflito...

O conflito foi descrito pelas e pelos jovens entrevistados como: “um mal-entendido; uma briga entre duas pessoas; o fato de gostar de coisas diferentes e não chegar a um acordo; problemas que uma família ou um grupo de pessoas têm; repreensões ou chamadas de atenção, debate ou intercâmbio de ideias no qual você defende seus princípios; algo que acontece e se pode resolver.”

Alguns deles falaram de uma diferenciação entre problema e conflito: “...o conflito é não resolver o problema, dura mais tempo, é mais grave, gera agressões físicas, gritos, insultos.” Como exemplos de conflitos, citaram: “quando te obrigam a fazer coisas que você não quer; falam de você pelas costas; quando os pais não têm boa relação; compartilhar a televisão ou computador com outros integrantes da casa.”

Suas ideias sobre o conflito não são muito distantes do que nos sugerem certos autores como Martínez Riquelme (1994), que se refere ao conflito como um processo que expressa desacordo de ideias, interesses ou princípios entre pessoas ou grupos; ou Jares (1999), que aborda o conflito como uma situação na qual as pessoas ou grupos buscam ou percebem metas opostas, ou seja, se constrói como um fenômeno de incompatibilidade.

Estratégias mais comuns de enfrentamento ou resolução de conflitos

As estratégias descritas pelos e pelas adolescentes podem ser descritas como: respostas verbalmente violentas:

gritos, queixas por justiça, acusações; respostas conciliadoras: falar sem violência; conversar; respostas de “deixar passar”: ignorar; falar depois; indiferença, ceder às vezes, deixar que passe; isolamento ou afastamento: não dizer, fechar-se, pintar, escrever; busca por conselho: conversar com amigos, falar com tias, conversar com minha mãe, conversar com meus professores; respostas fisicamente violentas: bater; reflexão e análise: falar comigo mesmo, pensar, analisar; mudanças de ânimo: fazer cara feia, ficar de mau humor.

As respostas mais recorrentes foram as conciliadoras e “deixar passar”. Entretanto se percebe entre os rapazes um uso mais generalizado de estratégias como respostas verbalmente violentas e, paradoxalmente, as conciliadoras. As mulheres se inclinam à busca de conselho e “deixar passar”, assim como à reflexão e à análise.

Foram percebidas algumas diferenças entre as estratégias mais frequentes na resolução de conflitos por tipo de família. Monoparentais: busca de conselho seguida de afastamento ou isolamento; tradicionais: com a mesma frequência se encontram respostas conciliadoras, respostas de “deixar passar” e análise e reflexão; extensas: com a mesma frequência se encontram respostas conciliadoras e de “deixar passar”.

Dos e das adolescentes entrevistadas, estes apontaram os irmãos/irmãs como as pessoas no interior da família com quem têm mais conflitos. As respostas para a resolução de conflitos fraternos se dividiram da seguinte maneira, de acordo com sua frequência: respostas verbalmente violentas, como “grito”, “discuto”, “digo coisas feias”; respostas conciliadoras, como “falo para não brigar”, “nos acalmamos e resolvemos”, “deixamos de falar um pouco mas logo nos resolvemos”; respostas

que classificamos como deixar passar, como “logo falamos mas às vezes não solucionamos”, “faço como se não fosse nada, não resolvo”. Falaram também de estratégias de isolamento ou afastamento expressas, como “me calo”, “não falo mais”, “vou para o meu quarto”. Dois deles expressaram buscar conselhos de seus amigos ou pedir perdão à pessoa ofendida e, por último, apenas uma adolescente expressou que resolve conflitos batendo.

As estratégias que descreveram para resolver conflitos em relação às pessoas adultas foram divididas por nós em: respostas conciliadoras – escuto o que me diz, falamos, conversamos sem gritos ainda que estejamos com raiva; respostas de “deixar passar” – faço o que me dizem, me calo, dou razão para que me deixe em paz, às vezes lhe faço caso, nunca resolvemos nada; mudanças de ânimo – me encho, me canso; isolamento – vou a outro lugar; obediência por medo de violência física – não falo com ele porque diz que vai me bater, faço o que me diz porque senão me bate; não reconhece conflitos.

Como resposta à pergunta de se queriam mencionar outras estratégias para a resolução de conflitos, às e aos adolescentes ocorreram coisas como: “falar, conversar, aprender a escutar, ouvir os demais, falar sem agressão, não gritar nem bater, resolver os conflitos, pensar antes de falar, tomar conhecimento, pensar antes de agir, não dizer mentiras, não guardar as coisas, confiar na sua família, respeitar os pais, não ver apenas as diferenças que tem com o outro.” A proposta mais mencionada pelas jovens é melhorar a comunicação entre os membros da família. Os rapazes sugeriram analisar e evitar qualquer tipo de agressão ou violência. Todas essas respostas nos fizeram pensar que existia uma relação

congruente entre o que dizem que se deveria fazer e o que fazem de fato.

Os e as adolescentes utilizam as respostas conciliadoras como primeira opção de resolução de conflitos, sendo os rapazes os que mais apontam utilizá-la. Imediatamente depois encontramos as respostas que chamamos verbalmente violentas: gritos. Entre as jovens, “deixar passar” é utilizada com a mesma frequência, seguida muito próxima por isolar-se ou afastar-se.

A busca por conselho é usada quase exclusivamente pelas mulheres, assim como a análise e a reflexão. Mais da metade dos e das entrevistados/as reporta que a causa principal das dificuldades fraternas são os ciúmes e a competição pelo tempo e atenção dos pais. A estratégia mais utilizada pelos e pelas adolescentes para enfrentar os ciúmes e/ou a competição é a resposta verbalmente violenta e a menos usada é a conciliação.

Os ambientes familiares foram descritos, pela maioria dos entrevistados, sem ou com muito pouco conflito; nesta linha, não notamos diferenças significativas de gênero ou tipo de família, com exceção da maneira de solucioná-los. Os familiares mais próximos reportaram que a estratégia mais utilizada para aproximar-se dos e das adolescentes é dar conselho e possibilitar a comunicação de maneira respeitosa. Ela cria um ambiente de confiança e cordialidade entre eles. Reafirmaram que as interações desses adolescentes com seus irmãos mais velhos estão permeadas, sobretudo, por manifestações de violência verbal e, ocasionalmente, física. As relações com seus pais e mães são bastante harmônicas e, com pessoas externas à família, não são qualificadas como conflituosas.

Igualmente comentaram que as mulheres tendem a falar mais de seus conflitos e tentam resolvê-los assim que se

manifestam; os rapazes, em geral, requerem um tempo de processamento. Entretanto, mesmo quando alguns o fazem imediatamente e outros demoram um pouco mais, todos afirmaram resolvê-los através da fala.

Nas famílias extensas se observa uma maior possibilidade de proteção dos membros mais vulneráveis por parte dos outros integrantes, assim como suplência da ausência do pai ou da mãe por avós ou tios. Os pontos de conflito mais comuns são: a educação dos filhos, os limites do espaço físico, as contribuições econômicas e as relações entre os parentes não consanguíneos.

Reflexões...

Desde que terminamos este estudo, viemos conversando sobre este desejo de tornar públicos nossos pensamentos e reflexões sobre a construção social do conflito e da violência. Particularmente nos chamou a atenção o fato de que na linguagem dos entrevistados não apareçam os conceitos de atos violentos nem inclusive a palavra violência. Aparentemente, nas dinâmicas dessas famílias, não se manifestam atos de violência ou a violência não se define como tal.

De acordo com as entrevistas, a Pesquisa Nacional de Juventude 2000 (2004) nos indica que, em Yucatán, a violência nas relações familiares aparentemente não existe ou não se manifesta.

Os atos que se podem qualificar como “violentos” descritos em nossas entrevistas têm relação com disputas entre irmãos e irmãs, que são resolvidas aos gritos; uma irmã mais velha que bate no irmãozinho e um rapaz que diz às vezes não responder ou permanecer calado por medo do que lhe possa acontecer. Isso nos poderia

indicar a existência de uma resposta violenta dos pais e mães aos filhos e filhas.

Poderíamos supor que tudo isto tem a ver com um discurso? A partir de que tipo de discurso estamos querendo ver ou enquadrar este estudo? Se o enquadramento parte do discurso oficial e institucionalizado da violência, muito provavelmente falaríamos de uma violência encoberta e vinculada à rigidez nos papéis de gênero. Villagómez (2010) comenta que as desigualdades de gênero baseadas em um sistema de representações sociais que determina culturalmente o masculino e o feminino e sua vinculação com o poder, autoridade e hierarquia são a base da violência na família. Em um sistema no qual se apresentam relações não equânimes, como costuma ocorrer no âmbito familiar, as desigualdades de poder entre homens, mulheres, meninos, meninas e pessoas da terceira idade geram uma série de acontecimentos e práticas de relação e convivência nas quais o conflito é inevitavelmente multidirecional.

Então a partir de um discurso como o de Villagómez, que foi o que se institucionalizou no México, a violência poderia ser definida dessa forma. Mas quais seriam os outros discursos que poderíamos chamar para esta conversa a fim de observar o que está acontecendo sem emoldurar fenômenos a partir deste discurso institucionalizado? Talvez se os pensássemos a partir de outro lugar e escutássemos ou simplesmente observássemos o que as pessoas dizem nessas entrevistas ou conversas, sugeriríamos que, dentro da dinâmica familiar, no caso dos e das adolescentes, na maneira de relacionar-se com seus progenitores, com seus irmãos e irmãs, com seus iguais, não se apresentam os signos ou sintomas de violência como esperaríamos

que se apresentassem a partir do discurso oficializado.

Quais seriam então as linguagens locais da violência? De que tipo de discurso estamos nos utilizando ao falar sobre as relações desta região da península de Yucatán? Como se conceitua a violência? O que significa, por exemplo, “deixar passar” nas respostas dos adolescentes como uma forma de solucionar o conflito? E, culturalmente, o que está por detrás de “deixar passar”? Da mesma forma teríamos que nos perguntar sobre os significados de outras respostas emitidas por eles, provavelmente sem relação com o que se responde em outros contextos. Como construímos, então, uma linguagem local para falar sobre a violência, os conflitos familiares, inclusive das próprias famílias?

Outro elemento a ser considerado é que Yucatán é um estado em que 48% de nossa população fala maia e, dentre eles, um terço é monolíngue em maia (Inegi, 2010). Neste estudo ainda não chegamos a esta população diretamente, é importante assinalar a situação da população falante de maia: não apenas as pessoas que falam maia pertencem a essa etnia ou têm esta cosmovisão. Se compreendemos a linguagem como uma maneira de entender nosso entorno, as representações de resolução de conflitos e de violência também são diferentes, porque vêm dessa maneira particular de compreensão do contexto social.

A partir deste mesmo modelo, talvez fosse possível explicar que, nas relações cotidianas, as pessoas em Yucatán são amáveis uns com os outros, apesar da violência estrutural que se vive (Arifin-Cabo, 2010).

Parece que teríamos que nos perguntar: “Qual seria a concepção da violência em Yucatán nos adolescentes ou nas relações que se estabelecem entre eles?”, “Como a violência é concebida dentro do mundo maia?” e

“Como isso repercutiu em toda a cena relacional da península ou dos falantes de maia?”. Com relação a este último ponto, retomamos Arifin-Cabo (2010), que descreve que os processos de práticas tradicionais maias de resolução de conflitos asseguram que as fontes enraizadas de conflitos sejam expostas não apenas em nível individual, mas também social e comunitário, restaurando relações e modificando atitudes muito próximas à nossa identidade espiritual.

Quais seriam as diferenças, por exemplo, entre os discursos institucionalizados da violência e os discursos locais, e como saber quais são estas divergências? Como seria falar de uma maneira diferente de tudo isto? Pensamos que dadas as distintas situações dessas famílias, o conhecimento específico de estratégias de solução de problemas e a capacidade para aplicar diferentes formas não violentas de resolução de conflitos foram úteis para a construção de uma cultura de paz nessas famílias.

Como ver o relacional no discurso, na ação? Desde o princípio, não com o entendimento de que a vítima da violência é responsável pelo acontecido, mas pensando as relações como algo que vamos construindo e, desta maneira, realizando uma construção diferente. Se partimos da ideia que a linguagem constrói realidades (Gergen, 1996), que tipo de linguagem ou de palavras poderíamos começar a utilizar para começar a modificar as relações e as identidades? Acredito que seriam perguntas para continuarmos pesquisando.

REFERÊNCIAS

- Arifin-Cabo, P. (2010). *Prácticas Tradicionales Maya de Resolución de Conflictos* en los Territorios K'iche, Tzutujil y Kaqchikel. Alemanha: Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1967). *The Social Construction of Reality*. USA: Anchor Books.
- Bourdieu, P. (1999). *Language and Symbolic Power*. USA: Harvard University Press.
- Chaveste, R., & Molina, M. (2010). *Familias, Adolescencias y Géneros en Hormonas, Razones y Violencias*. México: Hombres por la Equidad.
- Fogel, A. (1993). *Developing through relationships*. Chicago: University of Chicago Press.
- Gendreau, M., & Giménez, G. (2004). Impacto de la migración y de los medios en las culturas regionales tradicionales. In M. Castillo, A. Lattes, & J. Santibáñez. *Migración y fronteras*. México: Plaza y Valdés.
- Gergen, K. (1996). *Realidades y relaciones: aproximaciones a la construcción social*. Madrid: Paidós.
- Gergen K., & Aarhus, L. (2010). *La terapia como una construcción social. Dimensiones, deliberaciones, y divergencias*. Recuperado de: <http://www.swarthmore.edu/SocSci/kgergen/Psychodiagnostics/index.html>, Mayo 25, 2010.
- INEGI, (2010). *Perfil sociodemográfico. Censo de Población y Vivienda 2010*. México: INEGI.
- Jares, X. (1999). *Educación y conflicto. Guía de educación para la convivencia*. Madrid: Editorial Popular.
- Martínez, J. (1994). Identidad e intimidad en la adolescencia: ¿Procesos secuenciales o concomitantes? *Estudios de Psicología*, 59 (45): 5.
- Organización Mundial de la Salud, (2009). *Instrumentos de Evaluación para los Sistemas de Salud Mental*, IESM – OMS, Versión 2.1. Ginebra, Suiza: OMS.
- Parsons, T. (1976) El sistema social. *Revista de Occidente*. Madrid, España.

PNUD, (2012). Índice de desarrollo humano de hogares e individuos 2010. México: Impresión Creativa.

Villagómez, G. (2010). Masculinidades y violencia en la relación de pareja.

In G. Villagómez, E. Escoffié, L. Vera. *Varones y masculinidades en transformación*. (1era edición). Mérida, Yucatán, México: Ediciones Universidad Autónoma de Yucatán.